

Por uma História com apegos apaixonados

For a History with passionate attachment

João Paulo Rossatti¹

Raphaela Rezzieri²



Resumo: A História é uma ciência humana. Sendo assim, ela se equilibra sobre bases científicas (objetivas) e humanas (subjetivas). Para fazer ciência, dizem-nos, devemos conter as subjetividades que possam, porventura, aparecer na produção textual, somente desse modo a ciência emergirá. Esse esquema aparece, de forma complexa, na história do tempo presente, mais próxima e, portanto, mais subjetiva. Isso quer dizer que a história do tempo presente é “frágil”? Isso quer dizer que a subjetividade é uma inimiga? Não! Absolutamente não! Aqui defendemos justamente o contrário: a manutenção das subjetividades para alcançar a *verdade* da história é essencial. Chamamos esse recurso de apegos apaixonados e, como intentamos demonstrar, esse resíduo subjetivista existe em todas as Histórias de todos os tempos.

Palavras-chave: Objetividade; Subjetividade; Apegos apaixonados; História do tempo presente.

Abstract: History is a human science. Therefore, it is balanced on scientific (objective) and human (subjective) ground. To make science, it is said, we must contain the subjectivities that may, perhaps, appear in the textual production, and only in this way will science emerge. This scheme appears, in a complex way, in the history of the present time, closer and, thus, more subjective. Does that mean that the history of the present time is “fragile”? Does that mean that subjectivity is an enemy? No! Absolutely not! Here we defend the opposite: the maintenance of subjectivities to reach the truth of history is essential. We call that as passionate attachment and, as we try to demonstrate, this subjectivist residue exists in all histories of all time.

Keywords: Objectivity; Subjectivity; Passionate Attachment; History of the present.



Introdução

Um diagnóstico possível para o tempo atual, partilhado pela sociedade, é a experimentação compartilhada da existência de certa carência de sentido histórico, coisa que se mostra generalizada diante da incompreensão cada vez maior causada pela estranheza sentida com relação àquilo que nos cerca. É lugar comum afirmar que não *temos mais tempo* para gestar a experiência e, em consequência, vemos diluir nossa própria expectativa de futuro, num decrescimento inflacionário.

Importante assinalar, a partir disso, como a história do tempo presente (res) surge exatamente nesse contexto com uma nova força heurística, ou seja, como uma tentativa de jogar um pouco de luz nos fatos sociais – que circulam em quantidade nunca vista – descolada da facticidade atribuída e tão criticada pela história praticada durante o século XIX. Nesse *retorno* ela retoma para si um papel diferente, pois deixa de lado o relato sincrônico e aproxima-se da diacronia, que se faz presente no cerne da própria interpretação do que é o acontecimento (DOSSE, 2003, p. 355). Devemos ter em mente, assim, o traçado destes caminhos para poder compreender o novo modo de encarar o acontecimento conforme a prática atual, pois somente assim será possível examinar a prática da história do tempo presente em sua relação com um tipo de subjetividade que lhe é intrínseca (justamente por ser o *presente* do historiador, conforme veremos adiante).

De acordo com essa perspectiva, podemos dizer que os acontecimentos adquirem força interpretativa justamente no ato de sua nomeação, pois é sua *energia* enunciativa que o sustenta no tempo (DOSSE, 2003, p. 359). Ou seja, a *nomeação*, que ocorre de forma diacrônica, é o que dota um acontecimento de sentido. A narração do fato encontra um rico veio nessa quando segue essa direção, perfazendo uma espécie de virada hermenêutica, um retorno da disciplina sobre si mesma: “esse novo momento convida a seguir as metamorfoses do sentido nas mutações e deslizamentos sucessivos da escrita histórica entre o próprio fato e a posição presente.” (DOSSE, 2003, p. 361).

Porém, apesar das qualidades metodológicas e dos evidentes ganhos teóricos advindos da história do tempo presente, essa proximidade temporal diante do acontecimento nos aliena do fundamental princípio de estranheza, próprio de uma disciplina que estuda tempos e sociedades distantes. Sempre contemplamos as “bacias cronológicas” (SIRINELLI, 2014) dos tempos pretéritos balizados pela certeza de que o afastamento que temos diante daquelas estranhas sociedades



tornará nossa análise *isenta*, de modo a tornar evidente que o “passado é efetivamente um país estranho” (SILVA, 2015, p. 33).

Entretanto, e isso mostra a real força adquirida pelas interpretações históricas de eventos recentes, o que acontece quando o nosso próprio tempo presente se torna um estranho? O que acontece quando nos sentimos inclinados a tentar compreendê-lo em termos históricos enquanto acontecimento em ato? O que acontece quando as coordenadas atuais não nos indicam caminho nenhum? O que acontece, enfim, quando o próprio presente não faz mais sentido?

A partir dessas questões podemos dizer que a transmissão do acontecimento está ligada, de modo reflexivo, às maneiras como se desenvolverão as memórias coletivas daqueles que vivenciaram diretamente ou foram contemporâneos de algum grande evento. É por essas e por outras que o acontecimento histórico pode ser lido como uma relação dialética do singular (próprio ao indivíduo) e do coletivo (relativo aos modos de sociabilização entre os indivíduos) sintetizando uma fusão intersubjetiva entre o individual e o plural; é por isso também que a história pode ser considerada um singular-coletivo. Deve se notar que essas camadas de intersubjetividade se interpõem constantemente uma sobre as outras, e isso nos leva a afirmar que o processo da experiência sobre o acontecimento é partilhado – na sua forma intersubjetiva –, mas que sua interiorização é individual e por isso mesmo, subjetiva. A tensão entre o individual e o coletivo revela, por seu turno, a problemática da verdade na historiografia, como expõe François Dosse:

O impossível acesso à verdade acontecimental (*événementielle*) do acontecimento esquecido descola a escuta para as vicissitudes dos efeitos do acontecimento na memória individual. O problema não é portanto distinguir o verdadeiro do falso, porque, para o sujeito, o falso pode ter tanto senão mais eficácia do que o verdadeiro. (DOSSE, 2013, p. 107)

De um modo diferente do fazer historiográfico sobre tempos distantes o tempo presente eviscera essa lacuna entre o verdadeiro e o falso, pois aponta para aquilo que é crucial no entendimento do acontecimento: a eficácia da verdade. Isto afeta, de maneira indelével, o modo de escrever a história – ainda mais quando os diagnósticos da pós-modernidade apontam para uma diluição da compreensão e o retesamento da experiência de presente – pois temos em ação a subjetividade e a objetividade em seu estado bruto. Nestes termos, a verdade



“absoluta” do acontecimento pode ser definida como a parte de parte alguma já que, independente da perspectiva teórica adotada pelo historiador, é inegável que exista um ponto de convergência sobre a interpretação do acontecimento que parece estar em todo lugar e, por isso mesmo, não está em lugar algum dentro do encadeamento mnemônico desse mesmo acontecimento. Este modo de definição da verdade acontecimental liga-se, evidentemente, a um campo que requer uma especialização científica, isso é o que, em última instância, acaba referenciando a verdade do acontecimento histórico e a própria narrativa como um suposto saber. Como afirma Michel de Certeau em *História e Psicanálise*:

A historiografia exercita o inverso: ela consiste em fazer que o discurso seja dotado de referencialidade, em levá-lo a funcionar como “expressivo”, em autorizá-lo pelo viés “real” e, enfim em instituí-lo como suposto saber. Sua lei é ocultar o nada, preencher os vazios. O discurso não deve aparecer separado das coisas nem deve ser revelada a ausência ou perda a partir da qual ela se constrói. (CERTEAU, 2012, p. 111).

Subjetiva e subjetivada a narrativa dos eventos (principalmente na história do tempo presente, quando transformada em objeto de pesquisa) é transfigurada em conhecimento – científico – histórico e, desse modo, objetivada. Por isso, a cientifização do passado acaba criando retroativamente um ponto, no passado, que passa a dotar de sentido o presente, o que chamaremos, destarte, de *efeito subjetivante*. Esse processo é avalizado pela própria ação de escrita da história que suscita, por meio de um contrato implícito de cientificidade (o que Certeau chama, baseado em Lacan, de suposto saber) que referenda a crença acerca da veracidade do conteúdo relatado. A objetividade da ciência histórica é, portanto, duplamente cindida: primeiro por que o *presente* em que o passado é observado é fluído, isto é, move-se a história, move-se a interpretação que se faz dela (a historiografia). E esta é a segunda cisão, a mutabilidade do presente condiciona a existência de um tipo de pessoa, conseqüentemente um tipo de historiador, e um modo de observar o passado (além do que, esse *presente* condiciona o que vai se observar no passado, pois o que é importante em dado momento por não sê-lo em outro).

Juramos dizer a verdade, nada além da verdade, mas a partir de qual ponto de partida construímos “a verdade sobre os acontecimentos”? Como o tempo presente molda um tipo de historiador? Em que medida nossos apegos a figuras,



temas, acontecimentos e teorias limitam ou impulsionam nosso trabalho? São essas as perguntas que nos guiarão na tentativa de mostrar como temas tão próximos de nós afetam diretamente os modos como nós, historiadores, escrevemos a história.

“És livre para escolher, desde que faças a escolha certa...” ou por que “apegos apaixonados” fazem parte da história de qualquer tempo

Este é ponto nodal de nossa argumentação: justamente por ser o historiador um dos fiadores da referencialidade, e por ser ela inerente à narração do acontecimento, é que o próprio pesquisador não está livre de certas paixões intelectuais; de campos de interesse mais acentuados para tal ou qual lado; de preferências teóricas explícitas ou implícitas; de preferências políticas e ideológicas; dentre outras coisas bastante subjetivas que (re)agem nos eventos do passado. (Essas ideias não são novas, estão presentes nos escritos de inúmeros historiadores, e, mais importante ainda, é claro que não estamos falando nada que tenha a pretensão de revolucionar o modo de fazer história, são apenas observações sobre nosso próprio campo de atuação.)

Em realidade, vamos desenvolver uma argumentação a favor da subjetividade num sentido um pouco mais profundo, pois acreditamos que podemos ir um pouco além da velha (mas nem tão simples) disputa entre “Objetividade vs. Subjetividade”. A história sem objetividade não passa de mera memorialística, mas e se para alcançar esse grau de cientificidade que ela demanda tivermos de retirar totalmente a subjetividade, o que resta? Sem aquilo que alimenta a nossa curiosidade, sem a nossa paixão intelectual, a almejada objetividade fenece sob nossos olhos. É possível, nesse sentido, dizer que o eclipse total da subjetividade em nome de uma ordem superior é impossível. Diríamos mais, é algo indesejável. Ou, para trazer à tona o que aviltamos de forma muito sintética, vamos falar que a história sem apegos apaixonados é forma mais frágil de produção do saber histórico. Esta noção (apegos apaixonados) nos servirá para tentar delimitar o perímetro de distanciamento que se estabelece entre o historiador e seu objeto – obviamente não devemos confundir esse distanciamento (ou sua não ocorrência) com falta de objetividade – já que, em geral, o historiador, como investigador, não está imune à influência das formas sociais que analisa e, portanto, existe uma tendência inconsciente (caso não o seja caímos de novo no problema da objetividade) de reproduzir na pesquisa a ideologia dominante, ou sua contrária, que o envolve de modo “natural”



ou aquela pela qual ele tem mais simpatia (SILVA, 2015, p. 39-40). De fato, a própria noção que fazemos de “distanciamento = objetividade” já é por si só uma forma de ideologia e que, portanto, merece ser criticada, como afirma Terry Eagleton: “uma das armadilhas ideológicas poderosas do humanismo liberal tem sido a de assegurar uma relação supostamente intrínseca entre a verdade e o desinteresse, e é importante que os radicais a critiquem. A não ser que tenhamos interesses de algum tipo, não teríamos por que nos importar em descobrir qualquer coisa” (EAGLETON, 1993, p. 237).

Escrever uma história por tal ou qual perspectiva teórico-ideológica (seja liberal, marxista, conservadora, etc.) pressupõe uma identificação simbólica com as ideias que estruturam as diferentes formas de narrar algum evento por meio dos pressupostos basilares que condicionam a pesquisa feita a partir de determinados pontos de vista, pois é com base nestes modos que o sujeito historiador se localiza no mundo em que ele é/está. Portanto, para além de um simples problema de objetividade científica, estamos falando de algo relativo à formação da própria subjetividade (o *Self*) em situações socialmente elaboradas (LACAN, 1996, p. 97). Esse problema, conforme identificamos, aparece em sua plenitude na prática da escrita da história do tempo presente, pois coloca o historiador no centro de disputas por referencialidade *atuais*, disputas que visam autorizar ou desautorizar determinadas narrativas permeadas por ideologias (por vezes em conflito entre si). Deste modo, a estrutura narrativizada advinda de tais ideologias expõe os apegos apaixonados do historiador que são inerentes à própria produção do conhecimento histórico.

Faz-se necessário um parêntese para definirmos um pouco melhor dois conceitos fundamentais para as ideias desenvolvidas daqui por diante, a saber: subjetividade e objetividade.

Para a noção de subjetividade vamos seguir a definição proposta por Slavoj Žižek em seu livro *A visão em paralaxe*. O filósofo defende que a observação de um fenômeno pode ser compreendida por meio da apropriação da noção física de paralaxe. Este conceito abrange a percepção do aparente deslocamento de um objeto causada pela mudança do ponto de observação, o que permite uma nova linha de visão sobre o objeto avistado, uma espécie de perspectivismo – que aqui não deve ser confundido com relativismo. Quando transferido para a filosofia Žižek diz que “a diferença observada não é simplesmente ‘subjetiva’, em razão do fato de que o mesmo objeto que existe ‘lá fora’ é visto a partir de duas posturas ou pontos de vista diferentes” (ŽIŽEK, 2008a, p. 32) é algo além, é que “sujeito e objeto são inerentemente ‘mediados’, de modo que uma



mudança ‘epistemológica’ do ponto de vista do sujeito sempre reflete a mudança ‘ontológica’ do próprio objeto” (ŽIŽEK, 2008a, p. 32). Ou seja, a realidade nunca é um dado em si, um puro ente ôntico ou núnemo como tal, pois o olhar do sujeito é mediado por uma moldura que circunscreve o objeto ao mesmo tempo em que o objeto é inscrito no próprio sujeito por meio de uma dialética: sujeito > observação > objeto.

Estabelece-se assim, uma relação entre o sujeito/observador e objeto/observado que é emoldurada pela posição paraláctica do sujeito. A subjetividade do Ser surge, em partes, dentro deste universo em paralaxe: “cada campo da ‘realidade’ (cada ‘mundo’) é sempre-já emoldurado, visto através de uma moldura invisível” (ŽIŽEK, 2008a, p. 47). O mundo, como dado ontológico, não existe, repitamos, como um em-si, mas sim num para-si, ou seja, é a forma de observação autorreferente que cria a percepção que fazemos da realidade, pois ela varia de acordo com o que compreendemos e do modo como significamos a nossa realidade – parte da relação tríptica entre o Real, Simbólico e Imaginário de acordo com Jacques Lacan. Nesse sentido, sujeito e objeto são partes inerentes do mesmo processo de interação fenomenológica (ŽIŽEK, 2008a, p. 287). Se o mundo é preestabelecido pela moldura anteposta no ato de *ser* sujeito por instituições que são anteriores a ele – o que, de forma alguma, quer dizer que a posição de sujeito observador seja estática, vide, novamente, a perspectiva paraláctica – como a família, religião, política, etc., isso, contudo, não quer dizer que vivemos no abismo da perspectiva pura, onde todos os pontos de vista são iguais. Nesse sentido, nos permitimos uma longa citação de Žižek:

(...) isto é, “eu” é uma entidade puramente performática, é aquele que diz ‘eu’. Esse é o mistério da “autopostulação” do sujeito, examinado por Fichte: é claro que, quando digo “eu”, não crio nenhum conteúdo novo, apenas designo a mim mesmo, a pessoa que profere a frase. Ainda assim, essa autodesignação dá origem a (“postula”) um X que não é a pessoa “real”, de carne e osso, que a profere, mas, exata e simplesmente o Vazio puro da designação autorreferencial (o “sujeito da enunciação” lacaniano): “eu” não é diretamente meu corpo, nem mesmo os conteúdos da minha mente, “eu” é antes aquele X que tem todas as características como suas propriedades. Portanto, o sujeito lacaniano é o “sujeito do significante”, não no sentido de ser redutível a um dos significantes da cadeia de significantes (“eu” não é diretamente o significante eu, já que, nesse caso, um computador ou outra



máquina que escrevesse “eu” seria sujeito), mas num sentido mais preciso: quando digo “eu”, quando designo a mim mesmo como “eu”, esse mesmo ato de significar acrescenta algo à “entidade real de carne e osso” (inclusive do conteúdo de seus estados de espírito, desejos, atitudes) assim designada, e o sujeito é aquele X acrescentado ao conteúdo designado por meio do ato de sua designação autorrefencial. Portanto, é enganoso dizer que a unidade do eu é “uma mera ficção”, por trás da qual há a miríade de processos mentais inconscientes: a questão é que essa ficção dá origem a “efeitos no Real”, ou seja, age como pressuposto necessário para uma série de atos “reais”. (ŽIŽEK, 2008a, p. 328).

O reconhecimento de si como “eu” (*cogito ergo sum*), ou seja, a entrada do sujeito autorrefencial com consciência sobre si no mundo da linguagem, não deve ser, de acordo com Žižek, encarado como uma ficção moderna pois, nesse sentido, o sujeito cartesiano é um ente necessário já que ele provoca “efeitos no Real” e no modo como damos voz às “coisas mudas” que nos cercam. Se o sujeito pode ser consciente de si, e essa autorreferência faz parte da causação de efeitos reais, numa via de mão dupla, é impossível dizer que a realidade é plenamente inventada pela subjetivação já que os objetos nos afetam e nós afetamos os objetos. Desse modo, a interpretação de eventos do passado, postos em termos de uma narrativa (uma historiografia se preferirem), são, eles também, afetados pela posição *atual* do observador em relação ao objeto *atualmente* observado.

A subjetividade é, portanto, condicionada pela posição do observador, dotado de consciência de si – mas nunca uma consciência absoluta como bem sabem os psicanalistas – e ela pode variar de acordo com sua mudança de posição, que é o que Žižek chama, afinal, de efeito paralaxe. O detalhe a ser ressaltado é que isto não altera a realidade *atual* do objeto em questão mesmo que o *transitar metodológico* altere a *condição ontológica* do objeto. Transposto para o caso da ciência histórica isso equivale a afirmar que: “há uma verdade, nem tudo é relativo; mas essa verdade é a verdade da distorção de perspectiva *como tal*, não a verdade distorcida pela visão parcial de um ponto de vista unilateral” (ŽIŽEK, 2008a, p. 372 – grifos no original).

Sobre a objetividade, vamos defini-la como um circuito de métodos abalizados e aceitos pelo meio científico em questão, seja das ciências naturais ou humanas. Nesse sentido, como deve estar claro, estamos de acordo com



o que Thomas Kuhn afirma em seu famoso ensaio *A estrutura das revoluções científicas* quando define a produção do saber científico como um paradigma (e essa concordância não é fortuita, visto que o novo positivismo kuhniano, de certo modo, é o outro lado da mesma moeda: objetividade-subjetividade). Um paradigma é um conjunto de teorias científicas chamadas para explicar propriedades da natureza, e que de fato as explica, em determinado momento. O paradigma não é imóvel, não é único e, o principal, não é *falso*, pois em dado momento ele realmente resolveu alguma lacuna existente na interpretação do homem perante o mundo. Assim:

(...) ao aprender um paradigma, o cientista adquire ao mesmo tempo uma teoria, métodos e padrões científicos, que usualmente compõem uma mistura inextricável. Por isso, quando os paradigmas mudam, ocorrem alterações significativas nos critérios que determinam a legitimidade tanto dos problemas como das soluções propostas (KUHN, 1998, p. 143-44).

O que um homem vê no mundo depende muito do que ele olha, é claro, mas depende ainda mais daquilo que sua experiência condiciona no modo como ele vai olhar (KUHN, 1998, p. 157). Nesse sentido, embora o mundo apresentado ao “eu” não mude como em-si, o para -si, condicionado por tal ou qual paradigma, altera a experiência do sujeito como observador. Não há, repitamos, possibilidade de relativizar o conhecimento a partir dessa definição de paradigma e de conhecimento científico. O que muda, de acordo com isso, são as perguntas e as formas de chegar às respostas, se em dado momento histórico as perguntas são respondidas por paradigmas e satisfazem os objetivos da sociedade, não há por que considerá-las mentirosas porque, por outro lado, é justamente quando o paradigma se esgota que se abrem as brechas para novas descobertas científicas (KUHN, 1998, p. 125).

Como o ponto principal de nossa análise não pretende passar pelos temas de referencialidades subjetivas e/ou subjetivadas que autorizam ou desautorizam determinadas narrativas históricas mais ou menos corretas, pois isso implicaria análise metodológica minuciosa de inúmeros trabalhos, ou seja, um outro trabalho que não esse, vamos tentar mostrar o que estamos propondo aqui a partir de um ponto diferente, qual seja, o das “carências de orientação no tempo” (RÜSEN, 2010, p. 31) que sustentam os estratos de cientificidade do discurso histórico. Às vezes essa sustentação pode diferir radicalmente de um



momento para outro, pois o que gera interesse científico em dado momento pode não despertar em outro, se sucedendo como paradigmas kuhnianos ou sendo alteradas de acordo as mudanças paraláticas žižekianas.

Voltemos, após essa pequena e importante digressão, à história. Em seu livro *Razão Histórica* o historiador alemão Jörn Rüsen argumenta que é a carência de orientação no tempo que possibilita a construção da ciência histórica, pois as questões levantadas em decorrência dessa desorientação na sociedade demandam dos historiadores respostas satisfatórias que deem significados para a existência humana (a história se faz no tempo e pelo tempo buscando sanar carências de orientação por meio da construção de experiência e abrindo horizontes de expectativa). O estabelecimento das respostas que irão preencher de sentido e suprir as carências de orientação parte, portanto, de uma reflexão sobre os fundamentos da própria ciência da história que, por sua vez, não é escrita (ou produzida de forma poética como afirma Jacques Rancière) sem que existam alguns aspectos relativos ao recorte, ou como Rüsen comenta: de *interesses* (2010, p. 30). Estas especificidades são definidas pelo historiador do seguinte modo:

As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de “história” (RÜSEN, 2010, p. 31).

A reflexão sobre o que reveste eventos do passado com o caráter de “história” é determinada por interesses e intencionalidades pré-concebidos – de acordo com a argumentação de Hans-Georg Gadamer que desenvolveremos melhor mais adiante – e é esse processo que, segundo Rüsen, conforma aquilo que entendemos como conhecimento histórico, baseado em um conjunto de métodos e regras que perfazem o campo da teoria da história: “com seu trabalho científico os historiadores *podem e querem* produzir efeitos” (RÜSEN, 2007, p. 86).

Como dissemos antes, não é necessário confundir interesses teóricos e de pesquisa com falta de objetividade, pois despir-se de todo apego por algum tema e/ou teoria tornaria a pesquisa uma espécie terra arrasada, já que o que acaba sendo abandonado em última instância é o horizonte de que “há sempre uma verdade universal de determinada situação”, porém, e aqui está o essencial, não devemos esquecer que “essa verdade é acessível apenas de um ponto de vista



específico, parcial e engajado na luta”³. Deixamos claro que nem tudo pode ser visto por essa perspectiva da ego-história, ou seja, como algo produzido apenas pela vontade/curiosidade do historiador, contudo, mesmo assim, não podemos negar que a interferência do meio externo que circunda o pesquisador na escolha, delimitação e manejo do objeto transformado em história. O processo de transformação do acontecimento bruto em conhecimento histórico (o que podemos chamar de cientificação) passa, então, por um procedimento que vamos descrever como sendo a subjetivação da objetividade, pois a *formação* (no duplo sentido do termo) do historiador prevê uma competência para interpretar o mundo e uma *potência* de querer produzir efeitos no real, como descreve Rüsen (2007, p. 95).

“Formação” significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articule o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto realização ou de esforço identitário. A categoria de formação refere-se à vinculação entre o saber e agir exigida pela carência de orientação do sujeito-agente, pois insere-se na representação do todo que constitui a situação em que o agente deve lidar com seus problemas.

O *leitmotiv* da cientificidade não consegue fazer a história, como disciplina que se (pro)põe como objetiva, se livrar dos apegos do pesquisador, pois por mais que se tente suprimir esse aspecto ao longo do processo de cientificação ele ainda persiste, resiste como um resto inconsciente que estrutura a fantasia fundamental do historiador enquanto sujeito. É por isso que, afinal, podemos dizer que isso que chamamos de apegos apaixonados é componente fundamental nos pontos de partida estabelecidos para todo o desenvolvimento de reflexões que levem a algum alargamento das coordenadas para nossa própria orientação no tempo.

Existe um delicado equilíbrio entre a parte subjetiva, a curiosidade que move a pesquisa do historiador, e a parte objetiva dotada de métodos e teorias, ou seja, os modos de fazer. A busca por esse ponto de estabilidade (talvez pendendo mais para o lado da suprassunção [*aufhebung*] do subjetivismo, suprimindo a figura actante do historiador enquanto ainda a conserva), recomendado por inúmeros teóricos desde o século XIX, é o que torna a narrativa histórica um potencial referencial para a localização espaço-temporal da sociedade que



a produz. Desse modo, a escrita da história se equilibra ora sobre pernas de pau, ora sobre o ombro de gigantes; quando o apego apaixonado aparece em demasia a cientificidade do método histórico é comprometida, torna-se frágil; mas, por outro lado, a neutralidade absoluta é, talvez, ainda mais nociva para o estabelecimento do saber histórico, já que o sujeito não se sente “interpelado” (RÜSEN, 2007, p. 100) pela história, parece não ser *atingido* por ela.

É nesta direção que o historiador francês Georges Duby, em ótimo livro de reflexões sobre sua trajetória dentro da disciplina, constrói um argumento a favor da manutenção de alguns apegos apaixonados fundamentais, pois em sua visão eles se tornam importantes componentes da pesquisa. Duby afirma que a paixão intelectual é o que torna a pesquisa possível, mas apesar de sua importância, ele assevera que o historiador deve sempre controlá-las um pouco sem, contudo, reprimi-las: “Deve controlar suas paixões, mas sem estrangulá-las, e tanto melhor desempenhará seu papel se deixar-se aqui e ali levar por elas. Longe de afastá-lo da verdade, elas têm todas as possibilidades de aproximá-lo mais ainda” (DUBY, 1993, p. 61-62).

Temos assim o seguinte cenário: demasiado apego leva à cegueira que, como dissemos antes, é um dos complicadores mais nocivos quando se intenta a produção de conhecimento sobre o passado; apego nenhum torna a escrita fria e desapaixonada, mera crônica. Nesse sentido, é inegável que um nível residual de apego apaixonado permanece na escrita, pois é impossível esvaziar ontologicamente o *ser que se é* e é o funcionamento desse circuito que Duby mostra como algo que em vez de afastar o historiador da verdade na realidade o aproxima dela. Na forma de manifesto o autor chega a afirmar que “à história seca, fria, impassível, prefiro a história apaixonada. Inclinar-me-ia mesmo a considerá-la mais verdadeira” (DUBY, 1993, p. 62). Em resumo, todo texto historiográfico sério tem a marca daquele e do tempo que o produziu e isso, para horror dos pós-modernos e relativistas de plantão⁴, não denota uma falta de compromisso com a verdade⁵, mas é sim um de seus componentes mais importantes já que *interesses* de pesquisa não brotam espontaneamente por aí.⁶ Jörn Rüsen, que se preocupa em expor o *interesse* como componente intrínseco da pesquisa, coloca tal encadeamento de ideias nestes termos:

Pode-se chamar esse ponto de partida de reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de *interesses*. Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado,

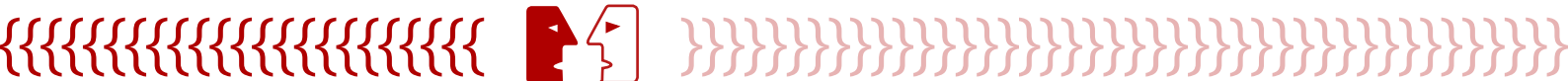


pelo conhecimento, no presente. *Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que as querem satisfazer, que esses já as interpretam no sentido das respostas a serem obtidas.* Tais interesses são abordados pela teoria da história a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente. A teoria da história abrange, com esses interesses, os pressupostos da vida cotidiana e os fundamentos da ciência da história justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado (RÜSEN, 2010, p. 30 – grifos nossos).

A produção de conhecimento sobre o passado, sob esta perspectiva, não pode ser retirada do conjunto de interesses que norteiam a interpretação (ou o conjunto de interpretações) sobre o passado. Ideologias, heranças culturais e religiosas, interesses políticos ou por personalidades, entre outros, perfazem o conjunto de características que podem delimitar o recorte de alguma pesquisa fazendo que a anulação de si mesmo seja postura impraticável – diríamos até indesejável, pois a dialética temporal estabelecida entre o passado (como objeto de estudo), o presente (como ponto de produção) e o futuro (como horizonte de perpetuação interpretativa) é ela também delimitada historicamente e, por tal conjuntura, influencia diretamente a formação do Eu do sujeito historiador.

O desenvolvimento de uma compreensão hermenêutica do passado, desse modo, requer algum nível de pré-compreensão dos elementos que envolvem o recorte temporal e teórico, sabemos, a partir disso, que *uma escolha* já pressupõe que o campo da absoluta neutralidade foi rompido. O que temos, sob esta perspectiva, é, repitamos, a reafirmação do que estabelece o campo da história como um saber científico: a *escolha* teórica e do objeto. Elas são pautadas por um espírito científico – para lembrar, ainda que de longe, Gaston Bachelard –, estabelecido por uma forma de opinião prévia (mas não já-dada), de modo que podemos dizer que é a subjetividade que sustenta os vetores de cientificidade. Ou seja, a subjetividade e a objetividade estão em tão íntima conexão que fica difícil definir uma sem a presença da outra, como afirma Žižek:

Nosso saber é irreduzivelmente “subjetivo” não porque somos para sempre separados da realidade em si, mas precisamente



porque fazemos parte dessa realidade, porque não podemos sair dela e a observarmos “objetivamente”. Longe de nos separar da realidade, a própria limitação do nosso saber – seu caráter inevitavelmente distorcido, inconsistente – atesta nossa inclusão na realidade (ŽIŽEK, 2013, p. 239).

O saber é, antes de tudo, estruturado pela própria subjetividade uma vez que longe de estarmos vendo uma simples distorção subjetiva da realidade é a própria subjetividade que nos faz ver a realidade, pois somos parte dela e ela é parte de nós.

O conhecimento das humanidades, elaborado por uma ciência que se estrutura sobre termos tão mutáveis é, portanto, frágil, absolutamente frágil, pois lida com algumas expectativas pré-estabelecidas e, em geral, elas também, historicamente variáveis. Mas é isso, justamente, que torna possível ao discurso historiográfico perpetuar-se: ele nunca está terminado. Existe sempre um modo diferente de interpretar o passado, uma teoria distinta ou modo novo de narrar. A fronteira da verdade “absoluta” está sempre mudando de posição. Nessa linha, o filósofo alemão Hans-Georg Gadamer assevera:

Quem quiser compreender um texto, realiza sempre um projetar. Tão logo apareça um primeiro sentido no texto, o intérprete prelineia um sentido do todo. *Naturalmente que o sentido se manifesta porque quem lê o texto lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado* (GADAMER, 2015, p. 356 – grifos nossos).

O que Gadamer afirma é que, afinal, lemos os textos do passado *a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado* que esperamos encontrar e/ou confirmar no texto. Ou seja, nos apegos apaixonados, as expectativas que determinam *a priori* as coordenadas de leitura de tal ou qual texto permanecem, de forma residual, como um tipo de excedente hermenêutico inseparável da atividade interpretativa. Ainda que, por vezes, inconsciente o processo é fundamental na constituição da poética do saber histórico: “A constituição da história em discurso de verdade deve-se a possibilidade de ligar positivamente a dupla ausência que está no coração do afeto histórico. Há história porque há o que passou e uma paixão específica do que passou.” (RANCIÈRE, 2014, p. 96).



Asseveremos, novamente, que o estabelecimento de uma base científica para uma disciplina tão volúvel é processo deveras complexo. Via de regra, nós historiadores chegamos às fontes com perguntas preestabelecidas e algumas respostas pré-dadas, opiniões prévias que carregamos conosco e muitas vezes não se confirmam nas fontes; se forçamos a compreensão de modo que a fonte se adequa à nossa pergunta inicial estamos, sem dúvida, fugindo do processo científico próprio à disciplina. Por outro lado, se as opiniões prévias são modificadas conforme o desenvolvimento da pesquisa avança estamos, de certo modo, controlando os apegos apaixonados. Já dissemos antes, o apagamento do Eu é impossível e a obliteração do interesse de pesquisa é impraticável, o equilíbrio é delicado mas não impossível. Como afirma Gadamer: “Elaborar os projetos corretos e adequados às coisas, que como projetos são antecipações que só podem ser confirmadas ‘nas coisas’, tal é a tarefa da compreensão” (GADAMER, 2015, p. 356). Assim, é necessário estabelecer que a tarefa parte de uma concepção já dada que pode ou não ser confirmada durante o processo de pesquisa, o bom trabalho é, portanto, não-ortodoxo nesses termos, pois se nossas expectativas não forem confirmadas “nas coisas” não devemos distorcer o espaço linguístico para que a compreensão se encaixe nele. Devemos, antes, nos adequar ao que se apresenta textualmente a nós por meio das fontes. O tipo de “neutralidade” que devemos buscar não é a passividade obtusa diante do documento histórico psicografando “a verdade”, mas, antes, sua não deformação diante dos preconceitos que carregamos conosco. Estar aberto ao horizonte hermenêutico do texto histórico, mas sem abandonar completamente o Eu do trabalho. Nesse sentido, de acordo com Gadamer, devemos estar abertos a alteridade dos tempos históricos, sem, contudo, nos anularmos diante do texto:

Mas essa receptividade não pressupõe nem uma “neutralidade” com relação à coisa nem tampouco um anulamento de si mesma; implica antes uma destacada apropriação das opiniões prévias e preconceitos pessoais. O que importa é dar-se conta dos próprios pressupostos, a fim de que o próprio texto possa apresentar-se em sua alteridade, podendo assim confrontar sua verdade com as opiniões prévias pessoais (GADAMER, 2015, p. 358).

Esse é, justamente, para usar a ótima metáfora do historiador Renan Silva, o ponto em que o passado se torna um país estrangeiro. Nesse momento, o historiador, permeado pela membrana do tempo, não pode despir-se daquilo



que o torna humano, a bagagem que carrega consigo é, por vezes, valiosa demais para ser abandonada em qualquer parada. Como Ser ele habita a linguagem e esta é sempre constituída pelas relações com o tempo, ou seja, o tempo é como uma questão de horizonte de experiência do Ser. Temos, a partir disso, uma formulação básica: o que é de interesse em determinado momento histórico pode não o ser em outro, logo, como já dissemos, a escrita da história está sempre em aberto.

Na verdade, *pensar historicamente* significa *realizar a conversão que acontece nos conceitos do passado* quando procuramos pensar neles. Pensar historicamente implica sempre uma mediação entre aqueles conceitos e o próprio pensar. Querer evitar os próprios conceitos na interpretação não só é impossível como também um absurdo evidente. Interpretar significa justamente colocar em jogo os próprios conceitos prévios, para com isso trazer realmente à fala a opinião do texto (GADAMER, 2015, p. 513-14 – grifos do autor).

A cientificidade do discurso se faz não na coisa em-si, mas na coisa para-si⁷ que se determina e é determinada de forma fluida (às vezes imperceptível) no seio da sociedade. Logo, o que depuramos disso é que “a relação do texto com um lugar confere sua forma e sua garantia ao suposto saber do texto. A realidade da posição permite fazer crer na aparência da referencialidade” (CERTEAU, 2012, p. 113), ou seja, “o credenciamento do autor por seu lugar histórico engendra a autorização do texto por seu referente” (CERTEAU, 2012, p. 112). O lugar ocupado pelo produtor do texto é, ele também, o ponto de referencialidade, dado que o estofa científico na moderna ciência histórica é alçado por uma especialização teórico-metodológica cada vez maior e que demanda uma compreensão das intrincadas relações que se estabelecem entre o sujeito, o historiador e o tempo.

O absoluto frágil? Ou porque a nossa verdade é temporal mas não menos verdadeira

A operação historiográfica, conforme entendemos aqui, está condicionada pela temporalidade. Como *ser* é estar no tempo, logo, produzir conhecimento histórico é, também, uma das possíveis variações dessa relação de pertencimento.



Todo o horizonte ontológico da história é, em última instância, condicionado pela interpenetração de temporalidades na escrita da própria história. As camadas sedimentadas de narrativas e experiências *com* e *sobre* o tempo têm condicionado o lasso equilíbrio entre os que pretendem construir discurso que se pretende científico e os que apontam suas falhas. Do século XIX em diante, durante a especialização da disciplina, assistimos a inúmeras tentativas de consolidar o seu discurso como ciência; vimos a busca desesperada por Leis e padrões de repetição; por traços que permaneciam imutáveis no profundo oceano da sociedade humana. Mas por ironia do destino, ao mesmo tempo em que os padrões para se estabelecer um rigor científico foram elevados, a descrença para com o discurso começou a tornar-se escandalosa. As dúvidas começaram a brotar em quantidades copiosas. O ceticismo era o imperativo dos pós-modernos que, no afã de superar o rigor hermenêutico/científico dos modernos, instalaram um “deus nos acuda” no centro do debate, ao que parece, se tudo era textual, e todas as fontes eram de segunda mão, então, a princípio, “não havia nada fora do texto” – parafraseando a famosa sentença de Jacques Derrida.

Defendemos ao longo desse texto justamente o contrário dessas duas posições antagônicas. A princípio, procuramos estabelecer os limites da subjetividade do historiador no tempo presente e como a estranheza do próprio tempo permitiu o reaparecimento desse tipo de produção. Entendemos, também, que essa (“nova velha”) história do tempo presente está umbilicalmente ligada a ascensão da comunicação de massa na sociedade contemporânea. A antiga distância que se fazia patente entre o acontecimento e seu relato historicizado cai em relativo descrédito. Aprendemos que um acontecimento é histórico na medida em que ele se *torna* histórico, o que pode acontecer no exato momento (na produção noticiosa do acontecimento) ou pouco depois, na interpretação de sua reverberação acontecimental (sua historicidade). O acontecimento é o que ele se torna, e esse *tornar-se* (ou *não tornar-se*) é o centro do interesse histórico no presentismo.

E é justamente esse o segundo estágio de nossa argumentação. Se o acontecimento, tão importante na história do tempo presente, é o que ele se torna, podemos entender de antemão que a história nunca será estanque, isto é, ela sempre estará em construção, pois a interpretação dos acontecimentos é repensada periodicamente, não existe um ponto final na história, seus parâmetros de interpretação estão em deslocamento a todo instante, como afirma Gadamer: “cada época deve compreender a seu modo o texto transmitido,



pois o texto forma parte do todo da tradição na qual cada época tem um interesse objetivo e onde também ela procura compreender a si mesma” (GADAMER, 2015, p. 392), toda história é, em certa medida, uma história do tempo presente, mesmo que não o seja *ipsis litteris*. A dúvida que isso deixa, e que alimentou gerações de relativistas, é: “se isso é mutável, tão pouco estruturado, tão pouco rigoroso, como chamar de ciência algo tão movediço?”. Defendemos aqui que os critérios de cientificidade da história passam, precisamente, por essa falha ontológica que separa o subjetivismo do objetivismo; o primeiro duramente renegado e o segundo obstinadamente perseguido. As condições de impossibilidade da história são, estranhamente, a sua própria condição de possibilidade. É o resíduo da subjetividade, calcada nos apegos apaixonados, que sustenta o discurso científico da história, conforme argumentamos até aqui. Nesse sentido, a história, como historiografia num sentido pré-dado, é composta pela subjetividade de seu produtor, não havendo como retirá-la ao longo do processo de escrita, como afirma Rösen:

A história sempre se prescreve antes de qualquer tentativa de aprendizado. (...) Estar pré-escritas, para as histórias, significa que elas fazem parte, na forma de memória consciente e de passado interpretado, da vida real presente, na qual se deve aprender como lidar com ela. Histórias são, por exemplo, parte da cultura política, ou elemento das composições identitárias efetiva das pessoas, como as nacionais ou de gênero. As histórias cristalizadas na vida humana, como realidade por si (ou seja: ‘objetivamente’, como monumentos, exposições históricas, diretrizes curriculares para o ensino da história), lançam uma parte dos dados históricos presentes nas circunstâncias da vida concreta, para o dado documento das experiências históricas (RÜSEN, 2007, p. 107).

A história se cristaliza na vida humana, fomenta identidades e interpretações, cria memórias e une sociedades – ou as separa... –, porém ela mesma não é estanque nesse processo. Faz-se da história uma ciência necessariamente por meio de *uma* teoria de produção historiográfica que controla o processo dos apegos (pois aqui não existe *a* teoria como ocorre nas ciências naturais). É precisamente nesse ponto que devemos enxergar sua cientificidade, alheia a das chamadas ciências duras, pois entender as camadas sedimentadas de interpretações históricas dos acontecimentos nas sociedades (ao mesmo tempo



em que cria outras) é trabalho do historiador.

A diferença entre o que é próprio das ciências humanas e naturais é assinalado pela relação que ocorre entre o sujeito e o objeto. Vejamos, pois, o caso das ciências naturais, a observação de um fenômeno independe da ação do observador, já que mesmo sem ser percebido ou compreendido o fenômeno ainda respeita uma Lei Natural. A gravidade, por exemplo, funciona de um jeito específico, se Newton não a tivesse descrito ela ainda assim funcionaria daquele modo. (Contudo, sabe-se que na física quântica a observação *pura* de partículas que formam o átomo é impossível. O próprio ato de observar interfere no movimento delas, tornando o observador um *participante* ativo do processo, tal qual o antropólogo que observa uma comunidade.) Essa existência universal do fenômeno, com ou sem uma explicação para ele, não pode ser observada do mesmo modo nas ciências humanas visto que, por vezes, o poder *acontecimental* de alguns eventos só podem ser considerados *posteriori*.

O que isso quer dizer, afinal? Estamos lidando, aqui, num nível paralático, com um modelo que busca inverter a noção de observação “objetiva” do passado, estipulando um modo dinâmico de relacionar a tríade temporal – aquele tipo de nó borromeano que sutura passado, presente e futuro num ponto só e que ao ter um dos nós desfeito vê toda a estrutura se desmanchar. Uma vez que, com o sujeito posto à distância no tempo e atuando como observador *aparentemente alheio*, alguns eventos parecem criar, retroativamente, sua própria condição de existência, adquirindo significado apenas após serem vistos pelo ponto de vista de hoje (ou, no caso, o *hoje* do historiador, que por sua vez – do ponto de vista historiográfico – pode ser “observado” por outro historiador em *outro hoje*). Temos, assim, um caso em que a interpretação do passado visa estabelecer o percurso a ser seguido dali por diante – lançando-se do presente ao passado, retornando ao presente e objetivando alcançar o futuro –, um ponto referencial e basilar para compreender o passado. Um evento que emerge pode afetar a ação dos indivíduos e a própria interpretação dos eventos pretéritos e futuros, como afirma Žižek: “um ato propriamente dito não é apenas a intervenção estratégica numa situação, limitado por suas condições: ele cria retroativamente suas próprias condições” (ŽIŽEK, 2011, p. 313). Um exemplo bastante utilizado pelo autor para clarificar a situação é uma citação de Borges sobre o estilo desenvolvido por Kafka:

A idiosincrasia de Kafka, em maior ou menor grau, está presente em cada um desses textos, mas se Kafka não os tivesse escrito nós



não a perceberíamos, ou seja, não existiria. (...) cada escritor *cria* seus precursores. Sua obra modifica nossa concepção do passado, assim como modificará o futuro. (BORGES apud ŽIŽEK, 2011, p. 313 - grifos do autor).

A noção de que cada escritor, quando paradigmático, estabelece retroativamente as coordenadas para se compreender aqueles que são os seus precursores parece criar um campanário de observação bastante interessante a nós historiadores, pois não é difícil estender essa interpretação aos acontecimentos históricos, dado que alguns eventos são *fundadores* de novas formas de compreensão do tempo. Logo, ao seguirmos por essa trilha, diremos que não é o passado que foi alterado em-si, mas sim a forma de observação desse passado que “estava lá” é que foi alterada por novas coordenadas advindas do presente. À noção de que existe um passado *puro*, apenas a ser interpretado objetivamente, devemos propor uma noção de que o *Novo* pode surgir apenas como uma repetição que *atualiza* o passado. A verdade eterna do evento não é, portanto, possível de ser observada sem que haja uma (re) atualização constante do passado no interior do presente. A virtualidade do passado, ou seja, a atualização do “horizonte de expectativas” daquele passado que tinha um futuro, depende de uma complexa correspondência entre a incompletude do passado (visível, por exemplo, nas lacunas documentais que tornam possível a interpretação desse mesmo passado) e sua impossibilidade de ser atualizado sem o “campo de experiência” dos sujeitos no *presente em acontecendo* na escrita da história. Logo, não há uma mudança retroativa do passado tal como ele aconteceu, mas uma *atualização* das coordenadas que nos possibilitam entrever esses Eventos de modo diferente (ŽIŽEK, 2008b, p. 29-30).

Temos, portanto, delineado aqui os contornos de um esquema que Žižek chama de *repetição* e que nos apropriamos e aplicamos à historiografia. O historiador tem a opção de poder repetir a(s) interpretação(ões) do passado de modo simples, “objetivo”, agregando novas informações ou pode escolher um caminho diferente: não um repetir puro e simples da cartografia determinada pelos sujeitos do passado, mas sim operar numa distinção aberta pelo campo de possibilidades dos Acontecimentos, em um sentido que se acopla muito bem a noção de Certeau de que o *acontecimento se torna*. Cria-se, desse ponto de vista, um espaço para a verdade em que ela aparenta ser frágil, mas sem ser por isso ser menos absoluta, já que a interpretação dos indivíduos



historiadores é dependente e determinada das e pelas coordenadas do passado: “somos, totalmente passivos, determinados pelo passado e dele dependentes, mas temos a liberdade de definir o alcance dessa determinação, isto é, de (sobre)determinar o passado que nos determinará” (ŽIŽEK, 2011, p. 315). Se aceitarmos apáticos os efeitos objetivantes do passado, que recaem sobre nossos ombros como o peso dos mortos, caímos na armadilha positivista com um lema à Arquivo-X “a verdade está lá fora” e basta a nós exumá-la. Por outro lado, se admitirmos que podemos sobredeterminar retroativamente o passado que nos determinará, por meio de uma *repetição* das coordenadas acontecimentais, estamos salvando a História de seus *inimigos*. Pois estamos admitindo que a sua própria condição de impossibilidade é o que torna a história possível, já que “embora sejamos determinados pelo destino, ainda assim estamos *livres para escolher nosso destino*” (ŽIŽEK, 2011, p. 317). E isto, de modo algum, torna a verdade da história menos efetiva, ela continua defectível, mas é apenas no decorrer desse percurso, quando os apegos apaixonados brotam, que nos aproximamos mais dela.

Por isto, se nos afastamos em demasia de nossos apegos apaixonados corremos o risco de um autoanulamento nocivo para a própria estrutura narrativa daquilo que tornou a história uma ciência dentro dos parâmetros mais modernos, como afirma Koselleck:

O autoafastamento de uma posição partidária historicamente sempre se volta contra partidos concretos mas diferentes. Do ponto de vista epistemológico, encontra-se, por detrás dos postulados do suprapartidarismo que visa reproduzir a realidade do passado de uma forma próxima à verdade plena, um tipo de realismo ingênuo. Não foi essa inflexão metodologicamente antiga e imprescindível no procedimento da pesquisa de tentar ser suprapartidário que construiu o mundo histórico. Pelo contrário, é a referenciação da História a seus próprios pressupostos de conhecimento que resume a História moderna, tanto no campo científico quanto no pré-científico, tanto no político quanto no social (KOSELLECK, 2013, p. 192).

A experiência social *no* tempo unida à experiência social *do* tempo é o que, em conformidade com os campos de referenciação objetivos e subjetivos, mune o discurso histórico de um tipo especial de cientificidade. Um tipo de cientificidade ironicamente condicionada pelo próprio objeto, isto é, o



historiador ao fazer história é, ele próprio, um sujeito do tempo histórico, um sujeito que parece estar andando vendado sobre uma lâmina. A ciência dos homens no tempo se equilibra sobre a lâmina dessa navalha, ora escorregando para o lado da subjetividade do produtor, ora para a objetividade da produção. Porém, a ideia de cair da lâmina, seja para que lado for, revela-se ainda mais perigosa do que tentar se equilibrar nela. Fazemos ciência, mas de um tipo muito peculiar e devemos nos manter assim, cultivando os nossos apegos apaixonados mas tomando o cuidado de os domar com *uma* teoria, pois, somente desse modo, poderemos asseguramos a continuidade da história. Assim, para nos encaminharmos para o final, podemos dizer que somos livres, desde que façamos *sempre* a escolha certa. A nossa *verdade* é, portanto, mais mutável que as outras verdades que circulam por aí, mas nem por isso menos científica.

Assim, não existe uma compreensão totalmente livre de preconceitos, embora a vontade do nosso conhecimento deva sempre buscar escapar de todos os nossos preconceitos. No conjunto da nossa investigação mostrou-se que a certeza proporcionada pelo uso dos métodos científicos não é suficiente para garantir a verdade. Isso vale sobretudo para as ciências do espírito, mas de modo algum significa uma diminuição de sua cientificidade. Significa, antes, a legitimação da pretensão de um significado humano especial, que elas vêm reivindicando desde antigamente. O fato de que ser o próprio daquele que conhece também entre em jogo no ato de conhecer marca certamente o limite do “método” mas não o da ciência (GADAMER, 2015, p. 631).

Referências

ANKERSMIT, Franklin R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix*. São Paulo: Edunesp, 2013.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.



- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes; 2015.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 97-104.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. São Paulo: Edunesp, 2014.
- RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. da UnB, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. da UnB, 2007.
- SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica: breviário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SIRINELLI, Jean-François. *Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ŽIŽEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008a.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Órgãos sem corpos: deleuze e consequências*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008b. O III/1(b). Subject: Special Operations Executive (SOE) organisation: relations between SOE and the Secret Intelligence Service (SIS). [S. l.: s. n.], 1942.



TZU, Sun. *A Arte da guerra*. Tradução: Neury Lima. São Paulo: Novo Século, 2014.

WALT, Stephen M. “The renaissance of security studies”. *International Studies Quarterly*, Beverly Hills, v. 35, n. 2, p. 211/239, June 1991.

WALTZ, Kenneth N. *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WYLIE, Neville. Ungentlemanly warriors or unreliable diplomats? special operations executive and ‘irregular political activities’ in Europe. *Intelligence and National Security*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 98-120, 2005.

Notas

¹Doutorando em história pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso e professor da rede pública de ensino. (jrossatti@gmail.com)

²Mestre em história pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso e professora da rede provada de ensino.

³A ideia apresentada aparece por volta do minuto 53 do filme *A realidade do virtual* de 2004, conforme o filósofo Slavoj Žižek defende ao longo da exposição. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4HdqlwVDpk>

⁴Sobre isso cabe uma observação um tanto longa mas necessária: Ao se perceber que a história é *escrita* a proteção “natural” do historiador foi retirada. Uma vez que este flanco fora aberto, inúmeros trabalhos apoiados nas teorias linguísticas, desenvolvidas sobretudo a partir do século XX, buscaram apontar para o *gap* entre a história acontecida, sua tentativa de descrição fiel e sua narratividade como representação do real. Nesta linha, o holandês Franklin Ankersmit aponta que “A narrativa consiste em declarações. Quando discutimos os méritos de uma narrativa histórica, fazemos por meio de outras declarações, cujos termos sujeitos referem-se à narrativa em questão. Em tais discussões a narrativa histórica é algo a respeito do que se fala, mas ela nunca faz uma aparição por si mesma nas declarações utilizadas. Declarações de uma narrativa não fazem parte das declarações. Deste ponto de vista, as narrativas históricas são similares às coisas extralinguísticas que conhecemos da vida cotidiana, como cadeiras e casas. Se falarmos sobre uma cadeira ou uma casa, as palavras usadas para denotar tais coisas aparecerão em nossa linguagem, mas nunca aquelas coisas em si mesmas.” (ANKERSMIT, 2012, p. 53)

O problema de tal raciocínio é que, quando levado às últimas, ele pode rapidamente descambar em uma separação entre a coisa e o dito sobre a coisa (neste caso, o passado), abrindo precedente para a relativização do próprio saber, pois uma vez que se instala essa impossibilidade estrita entre o passado em-si e a narrativa sobre esse passado entramos em um grande problema. Sendo a história entendida como mero texto, seu problema passa a ser o de mero convencimento. Isto é, a narrativa mais convincente será a *verdadeira* e, portanto, a verdade histórica seria apenas uma questão de crença.

Sobre a influência das teorias do pós-moderno na história podemos ver, em nota de rodapé no seu *A história repensada*, o que Keith Jenkins afirma: “É claro que, neste texto,



eu não nego que o passado tenha existido, mas apenas que, pela lógica, esse passado não tem como acarretar uma, e apenas uma, avaliação de si mesmo (vide a distinção entre fato e valor, que muito obviamente, aceita a existência de ‘fato’). Tampouco nego que o termo ‘verdade’ tenha significado literal em certos discursos, como um ‘efeito de verdade’. Mas, assim como ‘verdade’ é um termo que se aplica somente a enunciados em contextos analíticos (por exemplo, na lógica dedutiva) e não aos contextos mais amplos dos quais os enunciados são apenas um dos tipos de constructo linguístico, assim também os historiadores envolvidos como estão nesses argumentos (interpretações) mais amplos, não conseguem referir-se a tais argumentos/interpretações como verdadeiros. Aliás, é contra-senso falar de ‘interpretação verdadeira.’” (JENKINS, 2001, p. 113-14)

A escolha do uso da palavra verdade entre aspas denuncia a perspectiva de sua posição em relação ao conhecimento histórico e de certa forma exemplifica o que argumentei acima.

⁵Voltamos à questão da verdade, que não é o interesse primordial desse texto mas é tangencial a ele. Existe, portanto, uma verdade dentro do conhecimento histórico, na linha do que argumenta Terry Eagleton: “Que a verdade seja ‘absoluta’ quer simplesmente dizer que, se algo é estabelecido como verdade – um negócio muitas vezes cansativo, confuso e sempre sujeito a revisões –, então não há mão dupla nisso. *Isso não quer dizer que a verdade só possa ser descoberta de algum ponto de vista desinteressado.* De fato, não diz nada sobre *como* chegar à verdade. Simplesmente diz algo sobre a natureza da verdade em si mesma. Todas as verdades são estabelecidas a partir de pontos de vista específicos; mas não faz sentido dizer que há um tigre no banheiro do meu ponto de vista, mas não do seu. Eu e você podemos discutir ferozmente sobre se há ou não um tigre no banheiro. Chamar a verdade de absoluta, no caso, é apenas dizer que um de nós tem de estar errado.” (EAGLETON, 2005. p. 150.)

⁶Em seus *Escritos* Jacques Lacan afirma: “O douto que faz ciência é também um sujeito, ele próprio, é até particularmente qualificado em sua constituição, como o demonstra o fato de a ciência não ter vindo ao mundo sozinha (de o parto não ter sido sem vicissitudes, e de ter sido precedida por alguns fracassos: abortos ou prematurações).” (LACAN, 1998. p. 808.)

⁷Tendo em conta que esse *para-si* não é, necessariamente, relativo ao sujeito uno, usamos o *para-si* num sentido mais plural. A coisa *para-si*, nesse caso, refere-se ao modo como determinada sociedade, em determinado momento histórico se relaciona com o tempo e os modos de enredar esse mesmo tempo num texto histórico-científico.